

Gênero e acesso à terra para agricultura urbana em Kampala, Uganda

Juliet Kiguli - jkiguli2002@yahoo.com

Departamento de Sociologia Social
Universidade Makerere, Kampala, Uganda

Lillian . N. Kiguli - lilyki@go.com

Organisational Development Consulting Limited
Kampala, Uganda

Foto 1: Juliet Kiguli - As mulheres continuam encontrando, na agricultura, meios para sua sobrevivência

Foto 2: Juliet Kiguli - Muitas mulheres vendem a sua mão-de-obra para outros produtores

A agricultura urbana e periurbana vem crescendo de importância como fonte de renda e de alimentos para a população das cidades em Uganda. O acesso à terra é um bem fundamental que afeta o papel desempenhado pelas mulheres. As mulheres têm mais dificuldade de acesso à terra, assim como acontece com os jovens migrantes, com os pobres e os marginalizados. O ambiente legal e político não se ocupa de proteger os agricultores urbanos, e muito menos especialmente as mulheres. Apesar de algumas inibições culturais, Uganda adaptou algumas ações afirmativas para melhorar as relações de gênero. A promoção e a defesa dessa política de mais equidade, nos níveis organizacionais e individuais, estão resultando em iniciativas que se esforçam para melhorar as condições de acesso das mulheres à terra e a microcréditos.



Terra e gênero

A maioria das mulheres relaciona a terra com as necessidades de moradia e de agricultura, porém são os homens que detêm a maior parte das terras. As mulheres em Uganda perfazem 51% da população total de 24,7 milhões de pessoas (UBOS 2002), e contribuem produzindo mais de 80% dos alimentos e provendo 70% da mão-de-obra agrícola; 97% delas têm acesso à terra mas apenas 7% delas possuem a terra onde trabalham (Kiguli, 1995). Os homens fornecem apenas 30 a 40% da mão-de-obra.

As mulheres, os homens e as crianças desempenham diferentes papéis dentro de seus lares e na agricultura urbana. Alguns papéis são definidos de acordo com o sexo, enquanto que outros são influenciados pela socialização. Fatores como origem étnica, costumes e tabus determinam a divisão do trabalho entre os dois sexos. As crianças ajudam as mulheres a plantar e a capinar os cultivos, e a cuidar dos animais. Por que muitas das mulheres são muito pobres, elas não podem arcar com os custos de tecnologias mais avançadas. Os

homens usualmente preferem criar animais, deixando a produção de hortaliças e outros cultivos para as mulheres.

Também existem diferenças entre as mulheres. Algumas delas têm renda mais elevada e moram em apartamentos ou em áreas residenciais planejadas, embora pratiquem também a agricultura urbana. As mulheres na faixa média de renda costumam criar pequenos animais (galinhas, mais comumente) em seus quintais ou varandas, enquanto que as mulheres mais pobres (que ganham menos de US\$ 1 por dia) cultivam diversas variedades de hortaliças e grãos em terrenos localizados em áreas baixas e inundáveis.

O acesso à terra

A maioria das agricultoras pobres que dependem da terra para seu sustento é formada por mulheres sem-terra ou com direitos muito limitados e inseguros sobre a terra em que trabalham. Além disso, as terras a que elas têm mais acesso são as comunais (Focus Group, Ndeeba Division -Kampala, 2003, inédito), mas elas não têm poder suficiente e direitos nas tomadas de decisões que afetam o modo como podem utilizar essas terras. Os lotes de terra utilizados para a agricultura urbana variam de 0,1 ha, nas áreas mais centrais, a 1,5 ha nas áreas periurbanas. Foi observado que a maioria das mulheres tem acesso à terra através de um homem: pai, marido, irmão, filho. Algumas mulheres possuem a terra mas quase sempre são áreas bem pequenas. O acesso à terra é uma questão fundamental que afeta a emancipação das mulheres.

As mulheres que ocupam e cultivam lotes nas áreas comunais têm direitos de usufruto para ali produzirem alimentos, porém podem ser retiradas a qualquer momento. Sem segurança quanto à posse da terra, elas ficam ainda menos preocupadas com aspectos ligados à sustentabilidade ambiental, como a degradação do solo ou o desenvolvimento da área urbanizada ao redor.

Como as mulheres produtoras urbanas enfatizaram em suas entrevistas: "As mulheres ocupam as áreas mais alagadas por que essas são as mais baratas e mais fáceis de ocupar. Eu penso que os pobres acessam as áreas mais marginais, as pessoas com renda média recorrem às áreas informais para praticar agricultura, mas essas terras também podem se converter em áreas residenciais a qualquer momento". (mulher casada em Kigobe-Rubaga Division-Kampala, 2003)

A produção agrícola urbana tem se tornado cada vez mais "feminizada", na medida que os homens se movem para outros setores da economia informal, como o trabalho de camelô ou outros biscates. É comum encontrarem-se lotes cultivados por mulheres onde trabalham alguns homens como mão-de-obra eventual, paga, espalhados pela cidade e de propriedade de mulheres. As mulheres podiam ter facilitado o seu acesso à terra mais facilmente do que os homens jovens (?) devido a considerações culturais como a comiseração às vítimas da AIDS ou da guerra, e confiança dos proprietários de terra (?) e colaboração informal entre amigas. As mulheres tendem a concentrar suas atividades agrícolas perto de suas casas, ou procuram áreas baldias, antigos depósitos de lixo, para trabalharem próximas umas das outras. Elas acessam a terra por vários meios, como arrendamento, empréstimo e ocupação

de áreas baldias na vizinhança que elas preparam para cultivo. Herança, compra e doação de parentes são outras formas de acesso das mulheres à terra.

Tipos de posse

Em Kampala, cerca de 60% da terra é possuída conforme o sistema de posse chamado "mailo" ([ver o no. 11 desta Revista](#)), enquanto que os 40% restantes são freehold (?) e terras comunais "customary". Uma pessoa pode adquirir terra por meio de compra, mas isso requer grandes quantias. As mulheres pobres não possuem terras, mas muitas têm acesso a lotes nas terras "mailo" e nas públicas. A maior parte das mulheres acessa a terra para cultivos urbanos por meio de seus maridos, sendo que as mais velhas têm acesso por meio de arranjos de empréstimo, enquanto que as mais jovens alugam, ocupam ou compram os direitos de uso. Tudo de acordo com circunstâncias como casamento, idade, renda, relações sociais e distância da moradia.

O acesso é um fator chave para determinar a prática da agricultura urbana na cidade de Kampala. A maior parte das mulheres não possui terra, e maioria das entrevistadas que usam alguma terra na cidade, não tem controle sobre ela já que são ocupantes ou estão usando áreas emprestadas. Novamente, outras têm acesso à terra, mas não têm direitos nos processos de tomadas de decisões sobre como utilizá-la. As poucas mulheres que possuem alguma terra por herança não podem vendê-la, pois a terra pertence à família, e vendê-la exige autorizações por escrito. O estado civil determina fortemente a propriedade e o acesso à terra. O nível de renda e o valor das poupanças determinam o acesso à terra. Outra questão que afeta o acesso e a propriedade das mulheres é sua educação, quase sempre muito limitada.

Uma mulher casada pode usar a terra em volta da casa para plantar, mas o marido é quem determina que espécies de alimento cultivar, e como empregar a renda produzida. Uma mulher disse: "Eu cultivo cana-de-açúcar e hortaliças para vender, mas meu marido agora me proibiu de plantar cana, além de banana, que ele já proibira" (entrevista com mulher casada de meia idade em Ggaba, Kampala).

A Lei da Terra de 1998 (na seção 28) protege melhor as mulheres com respeito à propriedade da terra, mas sua aplicação é difícil, já que ela é mal interpretada localmente, pois as mulheres comuns não compreendem as leis, que não foram traduzidas para as línguas locais, cuidado indispensável para facilitar às mulheres lutar por mudanças nas políticas e melhoramentos na lei.



Iniciativas das mulheres agricultoras

As mulheres continuam a atender suas necessidades de subsistência com a ajuda da agricultura. Organizações não-governamentais que lutam pelos direitos das mulheres à terra estão se multiplicando (como a Uganda Land Alliance e a UWONET). As mulheres têm formado associações para melhorar seu envolvimento com a agricultura urbana e as suas condições de vida em geral. Por exemplo, a Associação de Desenvolvimento das Mulheres de Ggaba é um grupo de mulheres orientado por uma líder do conselho local, que se reúne mensalmente e estabelece redes de apoio de vizinhança. Elas coletam taxas entre as participantes e conseguem financiamentos para poderem oferecer microempréstimos para a compra de insumos agrícolas, principalmente. Assim elas conseguem atender a muitas de suas necessidades domésticas. As mulheres urbanas criam redes sociais para minorar os efeitos da pobreza urbana e, desse modo, podem tornar-se agentes de transformação (Ssewakiryanga, 2002).

As mulheres podem tomar emprestadas as terras de outras pessoas, por exemplo, de alguma mulher mais rica e solteira (como aquelas da nobreza de Gana que herdaram terra de seus pais), e podem retornar parte da colheita para a proprietária. Outras mulheres trabalham como mão-de-obra assalariada e desse modo têm acesso a terrenos onde podem cultivar alguns alimentos para si e suas famílias.

Outra estratégia das mulheres é cultivar em terras mais encharcadas. Elas contratam mão-de-obra masculina para os trabalhos iniciais de limpeza da vegetação e plantam inhame e cana-de-açúcar.

Essas mulheres produtoras se fortaleceram economicamente e aumentaram seu poder de decisão dentro de suas famílias. Algumas conseguem economizar dinheiro e ganhar algum acesso à terra e à propriedade. Algumas são capazes de pagar as taxas escolares para seus filhos estudarem, embora isso costumasse ser um papel importante típico dos pais. As mulheres que participam de grupos de produtoras conseguem ter mais acesso às novas tecnologias agrícolas apropriadas, capazes de lhes assegurar mais segurança alimentar para suas famílias.

Limitações

Existem vários tipos de conflitos e tensões enfrentados pelos agricultores urbanos, desde as questões ligadas aos limites das terras que cultivam até as remoções exigidas por autoridades municipais, pelos proprietários de terras e por ONGs ambientalistas. Também há políticas inadequadas e leis que dificultam às mulheres o acesso à terra. Entretanto, hoje a propriedade compartilhada da terra pelo casal é uma prioridade no debate parlamentar. As mulheres não têm acesso às novas tecnologias e a informações ligadas à agricultura, incluindo, por exemplo, maquinário compatível, fertilizantes e sementes, e os extensionistas, quase sempre homens, enfrentam inibições culturais quando interagem com produtoras mulheres. Finalmente, os papéis reprodutivos e domésticos, como cuidar das crianças, interferem com o trabalho feminino e o tempo que elas podem dedicar à produção agrícola.

Recomendações

Novas pesquisas e diagnósticos participativos sobre agricultura devem ser conduzidos incluindo as mulheres produtoras, para identificar as necessidades de gênero e os problemas específicos que vivem em Kampala. Isso irá assegurar que os dados sobre gênero sejam gerados por meio da pesquisa e utilizados pelo governo e autoridades administrativas da cidade para promover planos de desenvolvimento que levem a dimensão de gênero em consideração. O planejamento visando um desenvolvimento que seja sensível às questões de gênero é um pré-requisito, pois ele identifica as desigualdades existentes entre homens e mulheres. As leis ligadas à terra e ao direito à propriedade precisam ser revistas em favor das mulheres que constituem a maioria dos agricultores urbanos. Já existe agora um programa financiado pela DANIDA, uma entidade doadora dinamarquesa, visando enfatizar a dimensão de gênero e melhorar o sistema judicial em Uganda.

As políticas agrícolas devem ser descentralizadas e precisam dar mais atenção às famílias chefiadas por mulheres produtoras, que se envolvem crescentemente com a economia agrícola comercial.

Fortalecer as mulheres produtoras, desenvolvendo as suas potencialidades de geração de renda por meio de treinamentos, fará aumentar o seu poder de decisão dentro de suas casas e em seus cultivos, desde que tenham acesso a seus próprios recursos.

As mulheres produtoras da cidade devem ser autorizadas e estimuladas a participarem de treinamentos e pesquisas nos institutos agrícolas e em seus próprios locais de plantio, de modo a poderem conhecer as novas tecnologias de cultivo que lhes sejam mais apropriadas.

As tecnologias produtivas devem levar a dimensão do gênero em consideração para serem mais fáceis de serem operadas por mulheres. Por exemplo, enxadas mais leves projetadas para o uso feminino, exigindo menos energia, diferentemente das mais pesadas, usadas pelos homens.

As mulheres precisam de acesso à terra, do mesmo modo que os jovens migrantes pobres e marginalizados que praticam agricultura urbana. Políticas mais adequadas são necessárias para promover a desejada redistribuição das terras.

Referências

- Kiguli Juliet, 1995, Report on Strengthening capabilities of women for effective participation in national policy making for development management in Africa with emphasis on the agricultural sector, Uganda, UN/IDEP/Economic Commission for Africa, Dakar-Senegal
- Ssewakiryanga Richard, 2002, The Role of Women Social Support Networks in Coping with Urban Poverty: case study of Kisenyi and Kifumbira slums in Kampala city, Working Paper No.16, Kampala: NURRU publications.

- Uganda Bureau of Statistics (UBOS), 2002, Provisional Census Results, Kampala: UBOS.

Nota

A agricultura urbana começou em Kampala como um resultado das características culturais e socioeconômicas, conforme estudado por Dan Maxwell e Samuel Zziwa em 1992, e depois por Gertrude Atukunda, Juliet Kiguli e Augustus Nuwagaba, em 2001, que focaram nos pobres urbanos.

Dois tipos de pessoas praticam a agricultura: os proprietários tradicionais de áreas agriculturáveis e os migrantes que chegam à cidade em busca de emprego. Os plantios domésticos constituem quase 80% dos plantios urbanos, 2% correspondem às escolas e instituições, e 18% correspondem a outras variedades de operação agrícola.

Quase 50% da terra livre em Kampala está sendo cultivada. Os tipos de agricultura são: cultivos, gado, galinha, cabra, porco, coelho, produção de cogumelos e aqüicultura.

A agricultura urbana tem sido conhecida por contribuir para a renda doméstica, segurança alimentar, reciclagem do lixo doméstico em ração para animais ou adubo compostado. Entretanto, recentemente os suecos introduziram equipamentos de "saneamento ecológico", e agora a urina e as fezes humanas são usadas como adubo em alguns lugares em Kampala.

As famílias de Kampala têm, em média, 5 integrantes, e uma renda *per capita* calculada em US\$ 300 por ano. A população de Kampala cresceu de 330.000 (1969) para 1.208.544 habitantes (censo de 2002). As características demográficas indicam uma taxa de dependência de 70% (?), uma relação entre os sexos de 90 homens para 100 mulheres, 40,35% da população com idade entre 0 e 14 anos, 58,6% entre 15 e 64 anos e 1,1% com mais de 64 anos. A taxa bruta de nascimento é de 52,9 por 1000 nascimentos, e a de mortalidade infantil é de 81 por cada 1000 crianças nascidas vivas (censo de 2002). (?)